

<http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2018v62p200-241>

Data de submissão: 19/04/2018

Data aprovação: 21/04/2018

ARTIGO DOSSIÊ

O PASSADO NO FUTURO NA CIDADE DE LISBOA REQUALIFICAÇÃO DA ARQUITETURA E REGENERAÇÃO URBANA POR VIA DA RE-FUNCIONALIZAÇÃO

THE PAST IN THE FUTURE IN THE CITY OF LISBON REQUALIFICATION OF ARCHITECTURE AND URBAN REGENERATION THROUGH REFUNCTIONALIZATION

PAULA ANDRÉ*

ANA NEVADO**

NÁDIA LUÍS***

RESUMO

Assumindo a re-funcionalização como uma oportunidade na cidade contemporânea, apresentamos uma abordagem crítica fundada no quadro conceptual de Françoise Choay, Laurajane Smith, Fernando de Terán, Loes Veldpaus e Anna Colavitti, tomando como referência a requalificação da arquitetura e a regeneração urbana levadas a cabo na cidade de Lisboa, com o objectivo de revelar a dimensão prospectiva do passado no futuro. Para tal apresentamos sucintamente a re-funcionalização de três Palácios transformados em Hotéis e a operação de regeneração urbana da Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa.

PALAVRAS-CHAVE: re-funcionalização; requalificação da arquitetura; regeneração urbana; património; Lisboa.

ABSTRACT

Assuming re-functionalization as an opportunity in the contemporary city, we present a critical approach based on the conceptual framework of Françoise Choay, Laurajane Smith, Fernando de Terán, Loes Veldpaus and Anna Colavitti, considering the requalification of architecture and urban regeneration led to in the city of Lisbon as main references, aiming to reveal the prospective dimension of the past in the future. For such, we briefly present the re-functionalization of three Palaces that were transformed into Hotels and the current operation of urban regeneration on the Eastern waterfront area of Lisbon.

KEYWORDS: refunctionalization; requalification of architecture; urban regeneration; heritage; Lisbon.

Introdução

Nos últimos anos assiste-se a uma progressiva alteração do tecido urbano e socioeconómico, traduzida nas inúmeras operações de reabilitação arquitetónica e urbana, muitas vezes destinadas a usos turísticos. A reabilitação do edificado tem vindo a adquirir uma importância crescente numa ótica que é relacionável tanto pela necessidade primária de promover a preservação e a valorização do património arquitetónico, como pela sua incorporação no sector cultural, enfrentando atualmente desafios de âmbito social e económico. Neste sentido, é crucial indagar os fundamentos das ações de re-funcionalização e revitalização de estruturas arquitetónicas com valor patrimonial, para compreender o atual contexto de mudanças e permanências na construção e a dinamização dos tecidos arquitetónicos e urbanos preexistentes, estreitamente associados ao desenvolvimento que a indústria do turismo vem assumindo na reativação desses tecidos. Para tal é necessário conhecer e contextualizar historicamente as primeiras medidas para a salvaguarda do património arquitetónico, desde da formulação dos conceitos de antiguidade e de monumento histórico no século XVI até à institucionalização do conceito de património na contemporaneidade. É neste interface que procuramos inquirir o que é, ou o que deveria ser a reabilitação na contemporaneidade, o que importa preservar, quais as metodologias que devem ser solicitadas e qual a veracidade histórica dos bens patrimoniais que herdamos.

A transformação ativa da cidade, promovida pela Indústria do Turismo, tida como meio de revitalização urbana e sustentabilidade dos

centros históricos da cidade de Lisboa, leva-nos a problematizar a origem e o destino do nosso património, e a sua relação com a memória e com os “lugares de memória”.

As transformações urbanas que se fazem sentir na cidade de Lisboa, e que envolvem toda a sociedade, geram novos entendimentos sobre o (re)uso do património arquitetónico na sociedade contemporânea. Os critérios inerentes ao processo de re-funcionalização da arquitetura patrimonial devem ser colocados em confronto, visando compreender como é que as metodologias contemporâneas de intervenção no património arquitetónico, podem apoiar uma lógica de continuidade e regeneração, visando contribuir para a sua reintegração na vida ativa da cidade, sem com isso destruir o seu valor enquanto bem patrimonial classificado.

Se partirmos de uma perspetiva conservadora relativa às questões de intervenção na arquitetura, e problematizarmos o que é o monumento no século XXI, compreendemos que estes vivem dentro de novos moldes urbanos, diferentes daqueles que os fundaram, mas sem com isso deixarem de ser/estar integrados. No entanto, se por um lado no recorte conceptual das obras de F. Choay¹, os excessos do culto contemporâneo do património e conseqüente globalização cultural, são colocados como responsáveis pela museificação e transformação do património num mero objeto de consumo; por outro, o posicionamento contemporâneo de L. Smith², re-teoriza o ser do património como um processo cultural de significados, memórias e experiências, desafiando a institucionalização do “discurso autorizado do património” que privilegia os valores de antiguidade, monumentalidade e estética em detrimento do seu valor de

uso. Neste confronto importa indagar a ideia de experiência social do património, identificando o património arquitetónico como um “ser” interdependente da relação física e memorial das pessoas com os lugares e objetos para sua perduração no tempo. A problematização científica da possibilidade do património e do turismo serem disciplinas intercomunicantes e co-responsáveis pela revitalização e sustentabilidade das nossas cidades através da dinamização dos centros históricos de Lisboa, leva-nos a procurar qual o lugar do nosso património construído, na contemporaneidade. Pretendemos questionar a problemática do património e da reabilitação através da re-funcionalização da arquitetura, partindo do recorte conceptual das obras de F. Choay e de L. Smith, e referenciando três palácios em Lisboa: o Palácio Casa do Governador da Torre de Belém; o Palácio dos Condes de Lumiares; e o Palácio dos Conde-Barão do Alvito.

Mas no contexto contemporâneo, diversificado e marcado igualmente por mudanças céleres que colocam inúmeros desafios às sociedades, a relação história/cidade é questionada, importando reconhecer o(s) valor(es) dos conjuntos e das paisagens urbanas³. Embora não exista uma definição singular de regeneração urbana na atualidade, consideramo-la como um processo político e abrangente de transformação (i.e.: física/territorial, socioeconómica e ambiental), visando a melhoria da qualidade de vida⁴. Mas cada realidade é específica e a história pode representar um instrumento para a sua compreensão, permitindo (re)construir testemunhos que permanecem nos tecidos urbanos⁵.

Assim o caso da cidade de Lisboa e da sua frente ribeirinha são peculiares pelos seus processos evolutivos (i.e.: urbanos, históricos e culturais), ao longo de séculos, gerando territórios e paisagens ricas do ponto de vista patrimonial e identitário. Mas o conceito de *património* – tal como o da *memória* (i.e.: coletiva, cultural e/ou urbana) e o da *história* - não é estanque, pois é construído segundo ideologias e estratégias de mercado, com enfoque turístico e, conseqüentemente, lucrativo⁶. Nesta abordagem teórica salientamos a ideia do território, da paisagem urbana e pós-industrial também como “patrimónios urbanos”⁷ (i.e., o conjunto e o suporte do edificado/dos espaços), necessários no âmbito do planeamento e da gestão urbana contemporânea⁸ e em articulação com estratégias e práticas de atuação.

Considerando a importância de dissecar conceitos para um “conhecimento cultural” mais preciso e atualizado⁹, pretendemos abordar as questões do património e da regeneração urbana através da re-funcionalização das pré-existências. Abordamos perspectivas conceptuais sobre o recurso à história e ao passado através de obras de três autores principais neste âmbito: F. Terán¹⁰, L. Veldpaus¹¹ e A. Colavitti¹², e analisamos sucintamente o caso da zona ribeirinha oriental de Lisboa (ZROL), relevante na regeneração urbana de Lisboa por via da re-funcionalização.

Requalificação da Arquitetura por via da re-funcionalização

A transformação ativa das nossas cidades na contemporaneidade, leva-nos à problematização das questões do reaproveitamento do

território e da sustentabilidade de recursos no âmbito da preservação patrimonial. A crise da arquitetura, e a consequente globalização do patrimônio, associada à Indústria do Turismo, conduziram à necessidade de criação de novos conceitos de intervenção resultantes da interligação entre economia e patrimônio. Esta relação moderna de olhar o patrimônio contribuiu para a necessidade de redigir as primeiras recomendações para a sua preservação e conservação, e gerou uma dicotomia. Autores, como F. Choay e J. Aguiar¹³, vêem esta associação econômica, derivada da exploração turística como responsável por adulterar a essência do objeto patrimonial; e outros, como L. Smith, como uma intervenção que possibilita uma nova vivência dos espaços desativados e agora readaptados às exigências da vida contemporânea, como uma forma de salvaguarda e criação de novos valores sociais e culturais.

Na busca pela compreensão das alterações patrimoniais nas cidades, F. Choay constata o crescimento de um valor de uso associado aos monumentos históricos, ao afirmar que

a ausência de valor de utilização é o critério que distingue o monumento histórico das ruínas arqueológicas, cujo valor é essencialmente histórico, e da ruína cuja antiguidade é a qualidade principal.¹⁴

É a par da constatação e valorização do uso dos monumentos, e da percepção moderna de olhar o espaço arquitetural, que foi sendo concebido o conceito de patrimônio¹⁵.

O termo que se tornou numa das palavras-chave da sociedade mundializada veiculado pelas entidades gestoras e pelos profissionais do patrimônio, foi proclamado em 1959, pela incumbência de André Malraux numa associação direta ao lazer e ao tempo de ócio que agora os cidadãos

podiam desfrutar. Segundo o então Ministro de Estado da Cultura, “não haverá cultura se não houver lazer”¹⁶. Neste campo de associação à nova cultura de ócio, os bens culturais passaram a ser vistos como objetos de consumo, associados a uma dimensão económica dominante. Esta nova consciência decorreu do surgimento de uma nova dinâmica social que impôs uma subversão dos valores de outrora, associados agora a um novo valor, o valor económico, que adveio da comercialização imposta pela Indústria do Turismo a partir da segunda metade do século XIX. O reconhecimento da sua capacidade de representar valores e necessidades que estabelecem vínculos entre o presente o passado, dando assim coerência a um mundo em constante transformação, legitimam a sua afirmação como entidade única, original e autónoma.

No entanto, esta nova cultura, segundo F. Choay,¹⁷ conduziu a uma normalização das culturas em detrimento das suas diferenças, resultando numa perda identitária em benefício de uma mundialização e globalização da sociedade. A autora afirma que esta tendência provocou a *fetichização* e museificação do património, e contribuiu para o crescimento de uma cultura de massas e para a comercialização do património edificado.¹⁸ Contudo, como notou L. Smith foi a partir da identificação do valor económico, ou qualquer outro, que se despoletou a necessidade de preservação do património construído. Esta ideia é explorada numa perspetiva contemporânea, que constata que é na contínua vivência do espaço e na troca de pareceres entre os envolvidos sentimentalmente, economicamente, culturalmente ou sociologicamente, que contribui para que este perdure no tempo e na memória dos cidadãos. Ou seja, são os usos que se fazem dos locais que os constituem como património, e não

o simples facto da sua existência: “heritage had to be experienced for it to be heritage”¹⁹. Segundo esta ideia, a autora afirma que o objeto que identificamos como património “is not so much a ‘thing’ as a set of values and meanings”. Património nesta aceção não é um lugar, um edifício ou um objeto. Em vez disso, património são as histórias que o lugar, o edifício ou o objeto representam. Ou seja, são os usos que se fazem dos espaços que constituem os locais como património, e não o simples facto da sua existência.

A possibilidade de experiência física das nossas cidades pelos diferentes sujeitos, através da reutilização do património, é o que permite que estas se mantenham ativas na contemporaneidade. A petrificação do nosso edificado com valor histórico e cultural, no tempo e no espaço, apenas conduz à sua degradação e à perda da sua função, através do abandono, derivado do uso obsoleto face às necessidades contemporâneas. Este facto culmina em centros degradados.

Este estado de obsolescência em que caiu grande parte do edificado em Portugal deve-se, como afirma M. Gomes à tendência “cada vez mais ultrapassada, do “embalsamento do património”²⁰, uma ideia que é retomada por C. Fernandes ao afirmar que:

[...] A cultura conservadora não reconhece os mecanismos da história urbana que permitiram a revitalização e evolução das civilizações e impede, através do ocultamento e do mimetismo, a recuperação e uso do património herdado. E assim, à medida que se afirmam as tendências de embalsamento do património, acentua-se a desertificação dos lugares da história, acabando por transformá-los em representações fantásticas de uma realidade jamais existente [...]²¹.

É esta cultura conservacionista, fundamentada pelas doutrinas que atravessaram o século XIX, que promove o património como um objeto intocável com a incumbência de que tem de ser preservado para as gerações futuras, visando institucionalizar um conjunto de normas e regras de intervenção, que geram uma cada vez maior degradação do parque edificado, dado que, muitas vezes, colocam os fenómenos sociais e culturais num plano rebatido. Como L. Smith afirma este “discurso autorizado”²², desenvolvido e divulgado pelas entidades e profissionais responsáveis pela conservação e restauro do património, constitui uma ideia de património que exclui determinados valores socioculturais inerentes à própria origem do conceito, conduzindo há musealização do tecido urbano sem com isso contribuir para a revitalização e dinamização das zonas históricas da cidade.

Este discurso dominante que Smith desmistifica, constitui uma ideia de património que exclui determinados interesses sociais, formatando a forma de agir e interagir com este. É necessário ver o nosso património como um conjunto de valores que necessitam de ser explorados e abertos à sociedade, com o intuito de criar novas experiências e memórias. Pois, embora tenha sido concebido no passado, a sociedade tem o direito de fruí-lo e utilizá-lo no presente. Como Smith argumenta “the past is not abstract; it has material reality as heritage, which in turn has material consequences for community, identity and belonging”²³.

É perentório que o nosso património deve ser preservado, no entanto, esta ideia não deverá ser seguida de forma fechada. O património sendo uma construção do passado no presente, está sujeito às alterações culturais e sociais do tempo em que se insere. As zonas históricas da cidade

têm de ser revitalizadas, de modo a evitar que o aparelho produtivo e de consumo as abandone por novas centralidades. É fundamental aceitar a evolução natural do legado construído, e

não devemos virar-lhe as costas (deixando-o intocável) mas sim trabalhar nele e com ele, trazendo para a atualidade todas as valências destas estruturas históricas acrescidas das atuais exigências funcionais.²⁴

Trata-se na realidade de uma questão de sobrevivência, porque na verdade a cidade e as suas arquiteturas resultam da concretização de alterações sucessivas, resultantes de tempos diferentes, que acompanham o seu crescimento. Como Alves Costa refere

as nossas ruínas podem ser testemunho de um genérico fluir do tempo, nunca a sua paragem, nem travão na construção da cidade, sempre reconstruída sobre sedimentos do passado. Só defenderemos a memória sagrada dos lugares, se lhes atribuirmos nova vida.²⁵

A petrificação do património construído no tempo destrói a relação íntima que este tem com os cidadãos. Pois, embora tenha sido concebido no passado, a sociedade tem o direito de fruí-lo e utilizá-lo no presente, o que por sua vez contribui para a dinamização dos centros urbanos.

É para este ideal de preservação patrimonial, que a reabilitação deve contribuir:

reabilitar a cidade antiga não decorre de uma atitude de conservadorismo estéril ou nostalgia paralisante, mas sim de um realismo prático que consiste em olhar com respeito a cidade produzida no passado e colher nela os ensinamentos úteis à construção da cidade do futuro.²⁶

Neste sentido,

a reciclagem urbana, através da reabilitação em diferentes níveis, do mais ligeiro ao mais profundo, vai estabelecendo novas relações urbanas e novas possibilidades de uso, podendo tornar-se o modo mais coerente de manter e reforçar o espírito do lugar, e também a forma mais coerente de criar novos ambientes que traduzam outros modos de habitar e de apropriação do espaço²⁷.

É neste processo cadenciado da reabilitação que a cidade se vai alterando, mas também por esse mesmo processo se vai consolidando. Um dos maiores motores desta transformação urbana, é o fator económico, ligado aos grandes grupos de investimento associados à Indústria do Turismo, que rapidamente perceberam que é possível valorizar o património edificado através da sua reintegração e reabilitação. A reutilização do património histórico-cultural, ao valorizar o lugar, tornou-se um negócio bastante rentável para a Indústria do Turismo, culminando na tão desejada dinamização e valorização cultural dos centros urbanos, tornando-os em pontos de referência turística.

Em Portugal, o fenómeno emergente do turismo direcionado para o património arquitetónico foi, e é, considerado como motor e meio de sustentabilidade da cidade. Nas últimas décadas tem-se assistido, quer por parte dos agentes económicos, quer por parte dos agentes políticos, a um conjunto de ações que julgam reconhecer no turismo a capacidade de dinamização económica e de reestruturação dos conjuntos urbanos antigos. Esta preocupação em reutilizar os imóveis garantindo a sua utilização no presente está na base das intervenções assumidas a partir da Revolução do 25 de Abril de 1974. Neste período foram realizadas uma série de adaptações, maioritariamente com fins hoteleiros, que resultaram da necessidade de manter e dar utilidade a diversos edifícios em degradação,

garantindo-lhes uma mudança natural de usos, como resposta à sua desadequação às novas vivências da sociedade.

Estas intervenções simbolizaram um novo conceito de intervenção que usa a pré-existência como matéria de projeto, e relê nela os extratos da história que revaloriza e reintegra. Contudo é necessário reconhecer que esta relação entre a pré-existência e os usos contemporâneos que dela se fazem, não está isenta de dificuldades e problemas, tendo em conta que os núcleos urbanos antigos, atualmente muito pressionados, correm o risco de se transformarem em locais teatralizados. Contudo,

se o turismo é capaz de gerar este conflito também deverá ser capaz de o resolver podendo até ser visto como potencial mecanismo de reconciliação da sociedade moderna com o passado²⁸.

Interessa por isso medir as alterações que esta Indústria promove, criando um equilíbrio entre as medidas de re-funcionalização e reconversão do património e os interesses dos promotores, para que não se destrua a autenticidade do bem intervencionado. Por outras palavras, é necessário retirar os locais e os edifícios antigos do gueto museológico e financeiro, através da sua re-funcionalização e ressignificação, sem com isso perder a história e cultura que carregou no tempo. De facto, cada vez mais a questão da autenticidade se tornou central nos discursos sobre o património dado o crescente interesse nas reconstruções e refuncionalizações atuais, o que desencadeou uma preocupação com o grau em que o património pode ser descaracterizado, em favor da teatralização dos espaços. Assim sendo, as evidências históricas patentes no edifício não deverão ser removidas, adulteradas ou destruídas, devendo

o projetista assegurar a integridade física do conjunto edificado. Efectivamente, “desde uma edificação até à paisagem, o arquiteto deve estar sempre ciente da existência prévia à sua intervenção, e do fato de que esta se configurará numa nova temporalidade para aquela obra ou sítio”²⁹. Para tal, numa fase preliminar deverão ser elaborados estudos históricos e arqueológicos, que invoquem uma consciência do passado que sustente os primeiros traços do projeto de arquitetura. Interessa por isso procurar criar um equilíbrio entre o passado, o presente e o futuro, onde a questão da autenticidade seja preservada na discussão da arquitetura do lugar. É necessário recuar e ter noção dos processos que formam a cidade, incluindo a experiência social do espaço como vetor de transformação. É aqui que nasce a missão, vital da reabilitação, e conseqüentemente do processo de re-funcionalização, de adequar os usos previstos não só às especificidades características morfotipológicas e construtivas das preexistências, mas também às necessidades sociais contemporâneas. Assim sendo, o projeto de arquitetura deve respeitar a dignidade da construção “original”, assim como o valor que o tempo insurgiu no edifício, reconectando as partes de acordo com um modo contemporâneo de viver e perceber o património. Como Lacerda nos indica, as nossas cidades são espaços dinâmicos e vivos. Se interrogarmos a história da nossa cidade, a Lisboa que herdámos, deparamo-nos com camadas temporais que se sobrepõem no tempo, e que são responsáveis pela sua caracterização morfológica. Sendo as cidades dinâmicas, e resultantes de um crescimento histórico e cultural decorrente das alterações sociais, culturais e económicas, “a identidade urbana não pode ser considerada senão de um modo também dinâmico (...)”³⁰.

C. Brandi³¹ defende a reutilização do edificado, de forma a preservá-lo no tempo. Sendo a arquitetura feita pelo homem para ser experienciada, está inevitavelmente sujeita a transformações contínuas que necessariamente não concorrem para a perda do seu significado, mas para o reforçar. Tal como F. Carsalade argumenta:

[...] O que se preserva na realidade, é a identidade em transformação, ou seja, a preservação não está na capacidade do bem de permanecer como está, mas na sua capacidade de manter significação junto com as mudanças socioculturais. [...] não há, portanto, como buscar o essencial do objeto de restauro numa ideia imutável de “objeto” que sobreviveu à história, pois ele está inserido na história da vida, a qual se caracteriza pela transformação [...].³²

A questão da preservação centra-se agora, no conceito de transformação, e na conjugação das estruturas históricas com as inovações contemporâneas. Contudo para que a reabilitação seja possível é necessário proceder a uma cuidadosa orquestração de interesses, na qual a re-funcionalização e a reutilização se tornaram na ponte possível entre o desejo público de preservação do património e o desejo privado de acumulação de capital. É nas ações de re-funcionalização e reutilização do património construído que a sua significação se eterniza, e que muitas vezes está associada ao facto de determinado objeto se tornar uma atração turística, e como nota Aloise “tem a notável capacidade de *transcender* a mortalidade humana, de ser produção de história e de ser *ressignificada* e *reapropriada* para cada época e cada fruidor”.³³

Neste sentido, o património pode ser visto como um ser vivo, resultante de um “processo cultural” que proporciona uma constante

revalorização e ressignificação dos seus valores pré-estabelecidos. Como L. Smith argumenta

Heritage wasn't only about past – though it was that too – it also wasn't just about material things – though it was well – heritage was a process of engagement, an act of communication and an act of making in and for the present³⁴.

Ou seja, é a experiência e a vivência do lugar, são as memórias passadas e presentes, que dignificam o nosso património enquanto “memoriais” vivos. E é nesta constante evolução e readaptação, que se deve explicar e respeitar a história da cidade de Lisboa.

Três Palácios de Lisboa como Lugares de Memória

Os três palácios seleccionados (Palácio Casa do Governador da Torre de Belém; Palácio dos Condes de Lumiares; Palácio Conde-Barão do Alvito) pertencem à caracterização apresentada dos conceitos de refuncionalização e ressignificação do património arquitetónico. São três obras diretamente relacionadas com a relação que o património arquitetónico detém com o turismo na contemporaneidade. Referem-se por isso à tradição de intervenções no património. Tendo um caráter exemplar, podem indicar linhas de compreensão do atual paradigma da reabilitação nos centros históricos de Lisboa.

O Palácio Casa do Governador da Torre de Belém (Belém, séc. XVI), hoje reabilitado como Hotel Palácio do Governador, pelos Arquitetos Jorge Cruz Pinto e Maria Cristina Mantas (2005), é uma obra de referência dessa possibilidade de criar uma atmosfera moderna em

edifícios com valor histórico e patrimonial. Trata-se de um edifício palaciano arrabaldino, aproximando-se de uma casa de quinta, com dois corpos distintos, cujo projeto de arquitetura procurou adaptar à estrutura espacial e construtiva do edifício, potencializando o valor de uso dos espaços através da restituição da memória do edifício. Nesta Casa, sente-se a estratificação do tempo que os Arquitetos Jorge Cruz Pinto e Maria Cristina Mantas souberam articular entre elementos preexistentes e elementos contemporâneas, numa atenção ao detalhe não põe em causa a integridade do conjunto (Figura 1/2/3).

Figura 1: Vista Sul do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém, atualmente *Hotel Palácio do Governador*, em Belém, Lisboa.



Fonte: Fotografia do Arquivo de Nádía Luís, 02 de março de 2018.

Figura 2: Vista Oeste do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém, atualmente *Hotel Palácio do Governador*, em Belém, Lisboa.



Fonte: Fotografia do Arquivo de Nádía Luís, 02 de março de 2018.

Figura 3: Vista Sul do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém, atualmente *Hotel Palácio do Governador*, em Belém, Lisboa.



Fonte: Fotografia do Arquivo de Nádía Luís, 02 de março de 2018

O Palácio dos Condes de Lumiares (Bairro Alto, séc. XVII-XVIII) é um projeto recente, numa das mais emblemáticas artérias de Lisboa – Cais do Sodré ao Príncipe Real –, na qual há uma forte dinamização social e cultural resultante da reabilitação patrimonial que se faz sentir. O edifício foi alvo de um projeto de reconversão da MetroUrbe, que visou restituir a aura o edifício mantendo a métrica que deriva das fachadas. Ao contrário do projeto do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém, que resulta da articulação dos elementos estruturais da preexistência, em contraste com a obra nova, e na reconstituição e preservação dos achados arqueológicos e são subtilmente incorporados no projeto, aqui o projeto resulta de um fachadismo notório (Figura 4).

Figura 4: Vista geral do Palácio dos Condes de Lumiares, atualmente *The Lumiares Hotel & SPA*, no Bairro Alto, em Lisboa.



Fonte: Fotografia do Arquivo de Nádía Luís, 02 de março de 2018.

O Palácio Conde-Barão do Alvito (séc. XVI-XVII), dos três é o único que ainda está em vias de licenciamento, pertencendo atualmente à mesma entidade promotora, do Palácio dos Lumiares. A contemporaneidade das arquiteturas destes três casos é evidente neste último, onde se verifica a atual posição do turismo como um processo económico, social e cultural ativo na cidade de Lisboa (Figura 5/6).

Figura 5: Vista Sul do Palácio Conde-Barão do Alvito, em Santos, Lisboa.



Fonte: Fotografia do Arquivo de Nádía Luís, 02 de março de 2018.

Figura 6: Vista Sul do Palácio Conde-Barão do Alvito, em Santos, Lisboa.



Fonte: Fotografia do Arquivo de Nádía Luís, 02 de março de 2018.

Estas três obras inscrevem-se na tradição portuguesa de reutilização do património mas alargam-na pelas potencialidades conceptuais e conceituais que promovem como exemplos contemporâneos da intervenção patrimonial, e a partir dos quais se pode recomeçar a discussão.

Regeneração Urbana por via da re-funcionalização

Conceptualmente, a regeneração urbana por via da re-funcionalização das pré-existências considera o passado, o património e a paisagem urbana como activos socioeconómicos.

De acordo com F. Terán, o passado pode ser interpretado como um “activo socioeconómico” pela possibilidade de adaptar e de reinterpretar matrizes territoriais à contemporaneidade.³⁵ Tal implica uma “atividade reflexiva” na cultura urbanística, considerando as lacunas do “urbanismo científico”, preconizado pela Carta de Atenas³⁶. O autor reforça que é necessário um entendimento mais global da realidade urbana e das formas de intervenção sobre a mesma, que ultrapasse a visão científica e a elaboração de planos urbanos.³⁷ Assim, a visão histórica adquire importância pelas possibilidades de explicação histórica da(s) realidade(s) existentes.³⁸

A relação entre história e cidade³⁹ implica considerar a “história da cidade”, a “história do território” e a “história da intervenção humana sobre ambos”⁴⁰. Essa tríade denuncia, desde logo, a “pluralidade de intervenção” na contemporaneidade.⁴¹ O entendimento histórico da realidade urbana surge como um modo racional e operativo de interpretar e intervir na cidade contemporânea, cuja realidade histórica enraizada tem um potencial distinto da criação de cidade nova, atemporal e atópico.⁴² As “possibilidades da análise histórica como base para a intervenção urbanística”⁴³ revelam um “carácter instrumental do uso da história”⁴⁴. Assim, a história é considerada como ferramenta para entender a cidade, a realidade urbana e também para projetá-la.⁴⁵

O processo histórico urbano (i.e.: de formação das cidades) tem vindo a ser estudado por diversos autores e disciplinas transversais à arquitetura (e.g.: sociologia, antropologia, geografia urbana, etc.), contribuindo para a construção de interpretações funcionalistas, estruturalistas, espaciais e sociológicas.⁴⁶ Porém, a história urbana com

base nas relações socioespaciais não acrescentava novos enunciados, até que mais recentemente se adotou uma interpretação marxista baseada na “forma de produção capitalista do espaço urbano”⁴⁷. A cidade é assumida enquanto “produto cultural histórico e não como um ser ou um objecto natural em evolução”⁴⁸. Mas a evolução urbana não se resume a perspectivas “darwinistas”, lineares e naturais, pois a realidade é mutável, em função das transformações sociais, económicas, políticas e culturais de uma dada sociedade, num dado tempo. Assim, o resultado do processo histórico de formação da realidade urbana não resulta de uma evolução natural, predeterminada.⁴⁹ De acordo com Ortega, o fundamental na cidade não é a sua natureza mas a sua história, não sendo, no entanto, causalmente predeterminado por leis naturais/rígidas.⁵⁰ O seu processo de formação é então fundamentalmente aleatório e incerto.⁵¹ E é esse fator aleatório - e porquanto imprevisível – que rege a condição contemporânea e que gera “mantas de retalhos”, resultando de colagens sucessivas, que modificam a própria percepção sensorial da cidade.⁵² Assim, a história é compreendida como uma recriação de experiências passadas.⁵³

Consequentemente, a figura do plano, como enfoque global da intervenção sobre a cidade num contexto pós/supra-moderno, é determinante pois define intenções coletivas globais, como uma visão do futuro desejado e como produto cultural, reflexo do momento histórico em que o mesmo se produz.⁵⁴ A abordagem conceptual de F. Terán retrata uma forma de compreensão da realidade atual que se constrói baseando-se no conhecimento do que nos rodeia, enquanto resultante de processo(s) histórico(s), considerando a sua origem, o seu processo de formação e os fatores culturais que se produzem.⁵⁵ Todavia, essa aproximação através da

história não tem a história como fim em si mesma, não representa a acumulação de dados do passado nem a recriação de eventos passados, mas antes o (re)conhecimento das situações históricas anteriores como antecedentes explicativos da situação presente. A história serve então como instrumento de compreensão da realidade atual, extradisciplinar, enriquecendo o seu entendimento.⁵⁶ A vivência do espaço e dos aspectos materiais dessa realidade está inevitavelmente condicionada e configurada pelos conhecimentos do agente (i.e.: do observador) e pela consideração dos momentos históricos e culturais que atravessa.⁵⁷ Deste modo, é fundamental (re)conhecer o passado de uma cidade através da sua história para poder compreender e valorizar a situação atual.⁵⁸

A cidade contemporânea consiste em “história construída”, cujo processo de investigação sobre a realidade urbana constrói a “história urbana”⁵⁹. Assim, ao intervir na cidade e ao pensar sobre ela, o arquiteto é também um historiador. Esse conhecimento providencia bases para a atuação sobre a realidade, com vista à sua transformação, onde a história urbana contribui para o projeto de arquitetura.⁶⁰ O conhecimento do passado é particularmente importante pelo facto de nos poder ensinar a enfrentá-lo e a intervir hoje na cidade.⁶¹ A cidade antevê o futuro, contendo o passado e formando cartografias históricas.⁶² O passado representa a chave de entendimento do presente, e o presente a do futuro.⁶³ O património é assim entendido como “activo socioeconómico”⁶⁴. F. Terán foca ainda a relação entre história e projeto,⁶⁵ considerando o pensamento histórico enquanto “recriação do pensamento passado na mente do historiador”⁶⁶. Assim, o passado e o seu entendimento são construções conceptuais e ideológicas de acordo com o

seu intérprete (i.e., historiador). A história urbana – i.e., o conhecimento das formas sobre as quais se organizam os assentamentos humanos ao longo do tempo – suscita interesse inter e transdisciplinar sobretudo pelo facto de a mesma não ser linear/contínua.⁶⁷ Compreendê-la implica desconstruí-la, reordená-la e articular os seus fragmentos.

Mas essa ideia de fragmentação é refutada pois, tal como S. Sassen defende, a cidade contemporânea é “global”⁶⁸. Nesta perspectiva “sasseana” - que foca olhares críticos sobre as questões da diversidade *versus* homogeneização, da turistificação e da reutilização -, não existem escalas compartimentadas. Assim, segundo L. Veldpaus, os limites de intervenção nos processos de urbanização já não são considerados à escala municipal nem nacional, pois ocorrem em contextos multiescalares devendo ser geridos nessa perspectiva.⁶⁹ A condição urbana contemporânea deverá ser compreendida como um processo histórico e dinâmico, onde ocorrem interações diversas (i.e.: sociais, económicas, culturais, etc.)⁷⁰. No âmbito da sustentabilidade urbana e considerando a necessidade de reutilização de recursos, a questão da gestão do património e das teorias conservacionistas são pertinentes na evolução da cidade contemporânea.⁷¹ Privilegiamos a consideração da paisagem urbana na transformação das áreas urbanas e do património, aceitando a própria mudança.⁷²

A evolução histórica das teorias do património urbano (defendidas por autores como J. Ruskin, C. Sitte, P. Geddes, G. Giovannoni, etc.)⁷³ demonstra a transformação da escala nesse âmbito conceptual, particularmente relevante na consideração das questões do património nos processos de planeamento e de gestão urbana.⁷⁴ Mas a presença do

património e da cultura aumentam os níveis de atratividade das áreas urbanas, estimulando também o desenvolvimento económico dito “sustentável”⁷⁵. Aliás, o desenvolvimento urbano e a salvaguarda do património não se opõem, antes se complementam.⁷⁶

Finalmente, de acordo com A. Colavitti⁷⁷, as abordagens da história e do passado relacionam-se, por um lado, com a construção de processos identitários (i.e.: *Mnemonicè Dìnamis*)⁷⁸, e, por outro lado, questionam a antiguidade (i.e.: *Antiquitas*)⁷⁹, a cópia (i.e.: *Mimesis*)⁸⁰, a memória⁸¹ e a beleza das coisas⁸². O enfoque será legitimar o património cultural no contexto do planeamento e da gestão urbana⁸³, através de abordagens multi e interdisciplinares⁸⁴. As políticas de conservação dos monumentos históricos – preconizadas, aliás, por autores como, F. Choay, E. Viollet-le-Duc, P. Mérimée e V. Hugo, e despoletadas sobretudo pela Revolução Industrial a partir de 1755, com a introdução de novas escalas urbanas e de problemas de salubridade -, são movidas pela questão da preservação de memórias culturais (i.e.: dimensão imaterial). Contudo, os cenários das memórias não são estanques nem representam meros depósitos de permanências; são antes o resultado de diversos testemunhos, de uso coletivo e sujeitos significados se encontram em mutação.⁸⁵ Tal como A. Colavitti afirma:

[...] The multidisciplinary and interdisciplinary contributions, with their different actors, aim to the ambitious and often ineffective task of filling the gaps or reconsidering the limit that separates the ancient from the new without altering the values of the historical stratifications, but taking charge of the values and the memories and of the current urban problems without contradictions or mutual exclusions between the identities of the past and the current meaning of heritage. Once the synchronic and

diachronic complexities are interpreted with the purpose of adding new ones, the urban project creates new relationships that respect the preexistences and their meaning and compares them on the expressive level with the geometric and spatial configurations of the new and the surroundings, respectfully adapting themselves to what exists and making it live again in the collective use. [...] ⁸⁶

A ideia da paisagem urbana histórica considera a acumulação de diferentes *layers* da cidade (i.e.: “*multilayered*”) ⁸⁷. De acordo com o método estratigráfico, no universo da arqueologia, a cidade é um produto cultural complexo que resulta da estratificação dos seus usos, numa perspectiva topográfica ⁸⁸. Segundo A. Colavitti:

[...] The building process of the historic city and territory can be better investigated and understood through the use of the topographic method. Based on historic topography, this method helps to analyze the consequences of the juxtaposition of a monument in a territory. The urban planning should use the archaeology knowledge and the topographic method to interpret the signs of the urban transformation and to support the interpretation of the city form and the local historic human presence that define the identity of the given locations. [...] ⁸⁹

O conceito de património urbano refere-se à identidade do património histórico abordado por F. Choay ⁹⁰, que remete para o papel da memória no processo identitário do património ⁹¹. A. Colavitti explora também o confronto de conceitos como “*silent territory*” (i.e., o território onde as populações locais não se reconhecem/revêem no lugar), e de “*speaking territory*” - que corresponde ao lugar da identidade coletiva reconhecida ⁹² -, questionando a publicitação e divulgação. Essas questões

encontram-se muito presentes no âmbito das operações de regeneração urbana (e.g.: através de *Computer Generated Images* (CGI) e da publicidade, tornando os sítios “em voga”) que, antagonicamente, desencadeiam fenómenos especulativos e/ou de “nobilitação urbana”⁹³ e, por outro lado, podem esgotar rapidamente os modelos de intervenção. A re-funcionalização é abordada pela autora através do conceito de *utilitas* (i.e.: no sentido utilitário, vitruviano).⁹⁴

Considerando um planeamento e uma gestão urbana contemporânea “de preservação”⁹⁵ (i.e.: de conservação crítica), eficazes do ponto de vista da poupança e da gestão de recursos, será possível adotar políticas urbanas no âmbito do “*adaptive re-use*”⁹⁶. Mas o que justifica a consideração desse conceito? Particularmente em áreas urbanas consolidadas e/ou antigas, é fundamental pois pode permitir, por um lado, responder rapidamente à grande procura face à escassez de determinados usos (e.g.: habitação, reutilizando edifícios devolutos) e, por outro lado, garantindo uma gestão eficaz e eficiente de recursos, especialmente no domínio ambiental⁹⁷. Apesar de não se tratar de um conceito novo – visto que ao longo do tempo inúmeras estruturas urbanas se foram adaptando às transformações físicas e societárias –, diversos autores e estudos defendem a promoção de benefícios sobretudo ambientais e sociais que se enquadram em contextos de gestão eficiente de recursos.⁹⁸

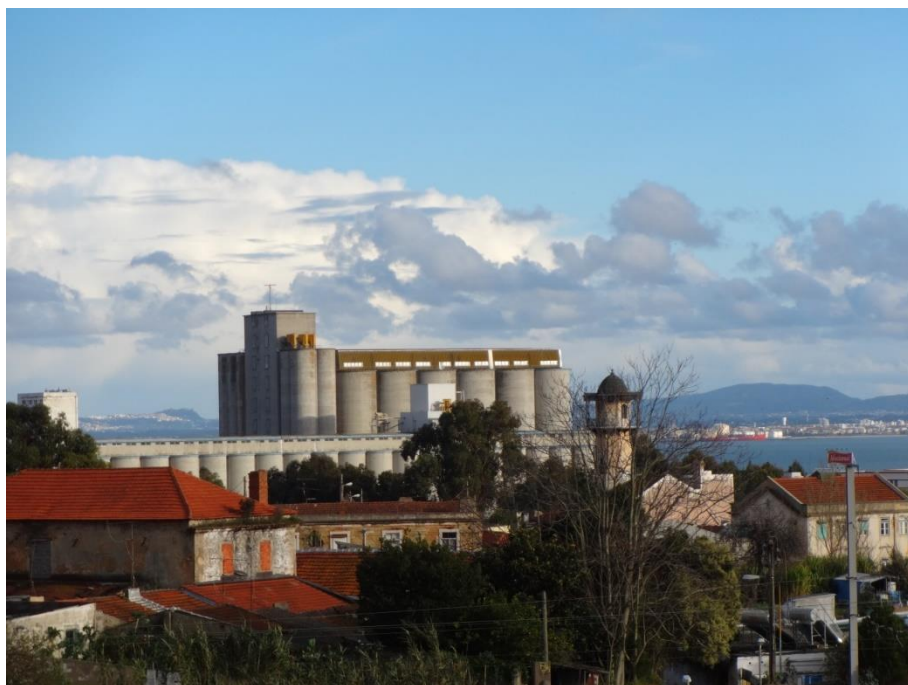
A evocação de memórias visando preservar o passado através da sua reinterpretação e reutilização foca a re-funcionalização⁹⁹ como alternativa legítima para a intervenção na contemporaneidade, onde a regeneração urbana ultrapassa a reabilitação física de espaços e do

edificado (i.e.: “restauro urbano”¹⁰⁰), atribuindo novos usos e garantindo a sua continuidade (i.e.: futuro).

Zona ribeirinha oriental de Lisboa: utilizar o passado no presente

A zona ribeirinha oriental de Lisboa (ZROL) localiza-se hoje entre o Terreiro do Paço e o Parque das Nações (i.e.: dois pólos importantes na cidade e na Área Metropolitana de Lisboa - AML) e consiste numa área urbana vasta e complexa, relevante pelo seu passado histórico e urbano¹⁰¹ (Figura 7).

Figura 7: Vista geral da ZROL, a partir da Biblioteca de Marvila, em Chelas, Lisboa.



Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 19 de março de 2016.

De um território periférico (correspondente à sua gênese, no século XV) passou a área urbana e produtiva central (aquando do processo de industrialização a partir do século XVIII e sobretudo a partir da segunda metade do século XIX), regressando depois a um estádio periférico, dormente (após a desafecção socioeconómica do lugar a partir das décadas de 1960-70, sensivelmente até 2012). Os seus ciclos evolutivos relacionam-se, indubitavelmente, com as atividades económicas.

O complexo processo de industrialização, iniciado na segunda metade do século XIX, gerou o confronto entre as pré-existências (e.g.: quintas e conventos), as novas unidades industriais, as questões logísticas que lhes estão associadas e as infraestruturas de grande escala (e.g.: linhas ferroviárias).

Aquando da operação de regeneração urbana emblemática na zona oriental de Lisboa, na sequência do megaevento EXPO '98 em 1998, foram tomadas iniciativas para a regeneração da ZROL, recorrendo à investigação histórica e ao uso de espaços (e.g.: *Caminho do Oriente*)¹⁰². Porém, esse processo de (re)descoberta de Lisboa Oriental durante a década de 1990 não foi suficiente e a inexistência de políticas municipais globais de regeneração urbana até à atualidade conduziram ao estádio geral de declínio daquela zona urbana. Contudo, contendo um histórico de sobreposição de atividades, escalas e populações, a ZROL é hoje um testemunho vivo da passagem das temporalidades e das opções políticas municipais, mas também da adaptação à questão produtiva, de forma resiliente. A questão da identidade é marcante pelas diversas paisagens urbanas heterogêneas que contam a(s) sua(s) história(s).

As memórias estão patentes no território e na morfologia urbana, no património (material e imaterial – e.g.: casas de Fado; coletividades; exemplos de habitação operária como Pátios e Vilas – Figura 8; etc.) e até na toponímia (industrial, religiosa e cultural - e.g.: Rua do Açúcar; Convento da Madre de Deus/Museu do Azulejo – Figura 9; Rua Direita de Marvila – Figura 10; etc.)¹⁰³. Mas também existem nas apropriações levadas a cabo ao longo do tempo, que ora aproximam, ora afastam o conjunto urbano do resto da cidade. Uma das vantagens/características dessa área urbana é o facto de se moldar e adaptar às transformações e sobreposições sucessivas ao longo do tempo, demonstrando a “plasticidade” desse território. Por exemplo, as linhas de caminho-de-ferro – infraestruturas marcantes no território mas cuja funcionalidade é hoje questionável -, desempenharam um papel importante, já que transformaram a ZROL como um ponto de entrada a Norte da cidade e um ponto de distribuição de pessoas e de mercadorias¹⁰⁴. Outro dos exemplos é a inclusão de novos projetos como continuação da cidade da EXPO '98/atual Parque das Nações que, brevemente, trarão novos públicos, sendo hoje já uma nova centralidade em Lisboa.¹⁰⁵

Figura 8: Vista da Vila de São João (uma antiga Vila Operária), contígua à Estrada de Chelas, Lisboa.



Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 13 de maio de 2017.

Figura 9: Vista de exemplos de património religioso e cultural – Igreja e Convento da Madre de Deus/Museu do Azulejo, em Xabregas, Lisboa.



Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 4 de outubro de 2014.

Figura 10: Vista da Igreja Paroquial de Santo Agostinho a Marvila (antigo Convento), na Rua Direita de Marvila, Lisboa.



Fonte: Fotografia do Arquivo de Ana Nevado, 7 de julho de 2014.

Atualmente existem diversos casos de adaptação e de renovação de espaços na ZROL, com enfoque, por um lado, na produção (i.e.: científica e criativa/artística, não poluente) através da inclusão de espaços polivalentes em antigos lotes industriais (e.g: Hub *Criativo do Beato*) e, por outro lado, no aumento da oferta de habitação para as classes média/alta (e.g.: *Jardins Braço de Prata – Prata Living Concept*, *Plano de Pormenor da Matinha e Prateato*) como operações de expansão urbana controlada/limitada. Paralelamente, está prevista a implementação do *Parque Ribeirinho Oriental* entre o Parque das Nações e Braço de Prata, que melhorará a qualidade de vida das populações locais e contribuirá para articular os pólos urbanos contíguos. cremos, no entanto, que apesar desses exemplos de regeneração urbana suscitarem novos investimentos económicos e melhorias sociais, desencadear-se-ão fenómenos de “nobilitação urbana”¹⁰⁶ (i.e.: *gentrification*) e um aumento no turismo¹⁰⁷. Assim, adotando planos e/ou estratégias urbanas, as intervenções no território da ZROL carecem de visões integradas e integradoras (i.e: que considerem as comunidades locais e as matrizes territoriais), numa espécie de “regresso ao lugar”¹⁰⁸, por via da reabilitação e melhoria de habitações e da inclusão de *miliens* criativos¹⁰⁹ que possam integrar as populações existentes de forma proactiva¹¹⁰ e prospectiva. Essa vertente é explorada, por exemplo, por M. Carta, o qual considera uma abordagem dos três C’s (i.e.: cultura, comunicação e cooperação)¹¹¹.

A ZROL representa um conjunto urbano relevante na contemporaneidade, não apenas pelo ponto de vista da “arqueologia industrial”¹¹², como também pela sua história e importância económica -

quer na cidade, quer na área metropolitana de Lisboa -, e pela sua paisagem urbana histórica que evoca memórias e temporalidades.

Considerações Finais

As transformações urbanas são inevitáveis e nem sempre previsíveis, por isso, os territórios urbanos têm de se adaptar rapidamente. As propostas de arquitetura e de urbanismo beneficiam da consideração da história e do passado, na medida em que podem conferir elementos identitários, de perenidade e de adaptação às céleres mudanças. Assim, a questão do tempo e das interpretações espaço-temporais (i.e.: tetradimensionais) nos territórios revelam-se fundamentais nas abordagens contemporâneas dos usos e da gestão dos espaços urbanos.

A re-funcionalização representa uma oportunidade de reutilizar pré-existências na cidade contemporânea, onde as dimensões materiais, imateriais, sociais e económicas se cruzam. A evolução das políticas públicas de gestão, de conservação, de preservação e salvaguarda patrimonial revela a tomada de consciência por parte dos agentes de intervenção envolvidos de que se trata de dimensões não só materiais como imateriais. Para além disso, existe também a perceção da mudança de escala de intervenção do edificado/lugar para a paisagem urbana (histórica).

Na re-funcionalização da arquitetura destacámos três edificações nobres de três zonas históricas de Lisboa – Palácio do Governador da Torre de Belém, Palácio dos Lumiares e Palácio do Conde-Barão do Alvito – que revelam as constantes alterações e modificações a que estes espaços

são sujeitos em benefício das vivências contemporâneas da cidade. Foi devido à constatação do valor primário dos palácios de Lisboa, para a manutenção da memória física da história da cidade e da sua interligação com os novos circuitos de turismo que foi definida a necessidade de reativação destes espaços. Contudo a verificação dos perigos inerentes à estreita relação entre o valor económico e o património contribuiu para a necessidade de recomendações para a sua preservação e conservação. Consideramos, como L. Smith, que é nesta continua vivência do espaço e na troca de pareceres entre os envolvidos sentimentalmente, economicamente, culturalmente ou sociologicamente, que o património perdura no tempo e na memória dos cidadãos, e não a sua petrificação no tempo. Ou seja, são os usos que se fazem que constituem os locais como património, e não o simples facto da sua existência.

Neste sentido, a reflexão e problematização sobre como deve ou não, o património edificado ser intervencionado, leva-nos a crer que esta relação deve ser mantida como um ato crítico. Consideramos que o espaço arquitetónico construído, sendo livre, em contínua mutação, e evoluindo com os tempos, deve responder às necessidades e às mudanças dos diferentes fatores exteriores à própria arquitetura, sejam eles de caráter político, cultural, social ou económico. No entanto, para que seja sustentável a relação entre a sua fisicalidade, a sua memória, o seu valor e os interesses externos que suscita, é necessário que as equipas envolvidas, assim como a entidade promotora do projeto, tenham consciência que a sua valorização depende precisamente do facto de estar integrada num edifício histórico, sendo por isso importante que a intervenção seja realizada com o intuito de preservar as sobreposições e camadas que a

história lhe soube dar. Neste sentido, consideramos que só a partir de um estudo rigoroso do bem edificado, das suas memórias e alterações no tempo é que se poderá fundamentar e gerir a melhor forma de intervenção, que sem dúvida depende de um conjunto de premissas interrelacionadas com a singularidade de cada edifício e da forma como a ruína nos chega do passado, sendo claro que o espaço materializa as sucessivas sobreposições temporais, urbanas e culturais.

Através de uma breve perspectiva histórico-conceitual, destacámos igualmente a relevância da ZROL na contemporaneidade. Representando uma área de futuro - já, aliás, em transformação na cidade e com implicações para a AML -, a sua importância histórica e urbana justifica os processos e iniciativas de regeneração/reabilitação urbana em curso, atribuindo-lhe uma nova significância, referências memoriais e potencial de intervenção no panorama urbano e cultural. A abordagem desse caso de estudo pretendeu fomentar o debate sobre a regeneração urbana de zonas ribeirinhas históricas, através dos usos e da sua gestão urbana na contemporaneidade.

Em suma, a consideração dos usos históricos na contemporaneidade são decisivos para a construção de identidade(s) nos lugares, reflectindo a importância e utilidade do património cultural, da memória e da história em (re)construções quer urbanas, quer da cidadania. “Planear com história” implica relacionar o património histórico-cultural, a paisagem (urbana) e o planeamento (regional), através de metodologias experimentais que urgem conciliar as necessidades e exigências da renovação urbana com a preservação e a conservação do legado histórico-patrimonial.¹¹³

Notas

* Doutorada em Arquitetura e Urbanismo pelo ISCTE-IUL e mestre em História da Arte pela FCSH-UNL. Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-IUL e coordenadora da Área Científica de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo. Investigadora do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território – DINÂMIA'CET-IUL, onde coordena a Linha Temática “Imagens das Realizações Materiais” do Projecto FCT “Fotografia Impressa. Imagem e Propaganda em Portugal (1934-1974)” – PTDC/CPC-HAT/4533/2014. E-mail: paula.andre@iscte-iul.pt

** Doutoranda em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos do ISCTE-IUL; Mestre em Arquitetura pelo ISCTE-IUL (2009); Assistente de Investigação no DINÂMIA'CET-IUL; Técnica Superior/Arquiteta na FCTUC. E-mail: anevado.arq@gmail.com

*** Mestre em Gestão Cultural pelo ISCTE-IUL, com a Dissertação “Re-funcionalização da Arquitetura: Abordagens Patrimoniais na Cidade” (2016). Licenciada em História da Arte pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa. E-mail: nadia.a.luis@gmail.com

¹ CHOAY, F. **A Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 140.

² SMITH, L. **Uses of Heritage**. Londres, Routledge, 2006, p. 4.

³ RUFINONI, M. R. **Preservação e restauro urbano: Teoria e Prática de Intervenção em Sítios Industriais de Interesse Cultural**. Doutorado, FAU-USP, São Paulo, Brasil, 2009. p. 2.

⁴ ROBERTS, P., et al. **Urban Regeneration**. Londres: Sage, 2017. [2ª Ed.].

⁵ *Ibid.*, pp. 41-42.

⁶ FORTUNA, C. Património, turismo e emoção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 97, 2012, pp. 23-40.

⁷ RUFINONI, M. R. *op. cit.*

⁸ TERÁN, F. **El pasado activo: Del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad**. Madrid: Akal, 2009.

⁹ RUFINONI, M. R. *op. cit.*, p. 12.

¹⁰ TERÁN, F. *op. cit.*

¹¹ VELDPAUS, L. **Historic urban landscapes: framing the integration of urban and heritage planning in multilevel governance**. Doutorado, TU/e, Eindhoven, Holanda, 2015.

¹² COLAVITTI, A. M. **Urban Heritage Management: Planning with History**. Cham: Springer, 2018.

¹³ AGUIAR, J. Reabilitação ou Fraude?. **RP-Revista Património**, nº 2, 2014, pp. 56-69.

¹⁴ CHOAY, F. *op. cit.*, p. 140.

¹⁵ Como CASTELO BRANCO, P. M. Património Histórico e Turismo: Uma Construção Social. (2005), define: “património histórico envolve diversos meandros da cultura de uma sociedade, por se referir aos bens incomensuráveis, que é a memória coletiva construída socialmente e à identidade de um povo.” Choay (2000: 11) aprofundou esta questão fundamentando que “o património histórico, é um dos maiores legados da cultura europeia para o mundo, é uma expressão que designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença

comum a um passado”.

¹⁶ CHOAY, F. **As Questões do Património: antologia para um combate**. Lisboa: Edições 70, 2011 (Edição original, 2009), p. 36.

¹⁷ *Ibid.*, p. 39.

¹⁸ CHOAY, F. *op. cit.*, 2000, p. 45.

¹⁹ SMITH, L. *op. cit.*, p. 4.

²⁰ GOMES, M. **Reconversão de edifícios habitacionais em Lisboa: aplicação ao caso de estudo das unidades hoteleiras**, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Lisboa, Instituto Superior Técnico, 2011, p. 53.

²¹ CANNATÀ, M. e FERNANDES, F. **Construir no tempo**. Lisboa: Estar Editora, 1999 *apud* GOMES, M. *op. cit.*, p. 53.

²² SMITH, L. *op. cit.*, p. 11.

²³ SMITH, L. *op. cit.*, p. 29.

²⁴ CANNATÀ, M., FERNANDES, F., 1999 *apud* GOMES, M. *op. cit.*, p. 54.

²⁵ ALVES COSTA, A. O Património Entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade. **Jornal dos Arquitetos**, nº 213, 2003, p. 10.

²⁶ LOPES, B. **Homens e Pedras. A Identidade a Reencontrar**, em Clemente Augusto (org.), Reabilitação Urbana: Núcleos Históricos. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos, 1993, p. 47.

²⁷ LACERDA, M. Entre a memória e a criação: seis questões. **RP – Revista Património**, nº 2, 2014, p. 157.

²⁸ CABRITA, F. Turismo para a construção de uma paisagem cultural. Sedução, símbolo autenticidade. **Joelho – Revista de Cultura Arquitetónica: Mulheres na Arquitetura**, nº 1, 2010, p. 133.

²⁹ ALOISE, J. M. **O Restauro na Atualidade e a Atualidade dos Restauradores**, 2015, p.15. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>

³⁰ LACERDA, M. *op. cit.*, p. 156.

³¹ BRANDI, C. **Teoria do Restauro**. Lisboa: Orion, 2006.

³² CARSALADE, F. O Passado Presente: Problemas epistemológicos do restauro arquitetónico. **Joelho – Revista de Cultura Arquitetónica**, nº 6, 2010, p.65. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt>

³³ ALOISE, J. M. *op. cit.*, p. 1.

³⁴ SMITH, L. *op. cit.*, p. 1.

³⁵ TERÁN, F. *op. cit.*

³⁶ *Ibid.*, p. 22.

³⁷ *Ibid.*, pp. 24-25.

³⁸ *Ibid.*, p. 25.

³⁹ *Ibid.*, p. 33.

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ *Ibid.*, p. 27.

⁴² *Ibid.*, p. 33.

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ *Ibid.*, p. 35.

⁴⁵ *Idem.*

⁴⁶ *Idem.*

⁴⁷ *Idem.*

⁴⁸ *Ibid.*, p. 39.

-
- ⁴⁹ Ibid., pp. 43-44.
- ⁵⁰ Idem.
- ⁵¹ Idem.
- ⁵² Ibid., p. 44.
- ⁵³ Idem.
- ⁵⁴ Idem.
- ⁵⁵ Ibid., p. 41.
- ⁵⁶ Idem.
- ⁵⁷ Idem.
- ⁵⁸ Ibid., pp. 41-42.
- ⁵⁹ Ibid., p. 45.
- ⁶⁰ Idem.
- ⁶¹ Idem.
- ⁶² LEÓN, J. M. H. Presentación. In: TERÁN, F. op. cit., p. 5.
- ⁶³ COLLINGWOOD, R. G. **Idea de la Historia**. México: Fundo de Cultura Económica, 1952.
- TERÁN, F. op. cit., p. 15.
- ⁶⁴ TERÁN, F. op. cit.
- ⁶⁵ Idem.
- ⁶⁶ COLLINGWOOD, R. G., op. cit.
- ⁶⁷ TERÁN, F. op. cit., p. 18.
- ⁶⁸ SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1991.
- ⁶⁹ VELDPAUS, L. op. cit., p. 20.
- ⁷⁰ Idem.
- ⁷¹ VELDPAUS, L., et al. Urban Heritage: putting the past into the future. **The Historic Environment: Policy & Practice**, v. 4, n° 1, 2013, pp. 3-18.
- VELDPAUS, L. op. cit., p. 21.
- ⁷² VELDPAUS, L. op. cit., p. 57.
- ⁷³ Ibid., pp. 38-42.
- ⁷⁴ Ibid., pp. 19-24.
- ⁷⁵ Ibid., pp. 20-21.
- ⁷⁶ Ibid., p. 19.
- ⁷⁷ COLAVITTI, A. M. op. cit.
- ⁷⁸ Ibid., p. 3.
- ⁷⁹ Ibid., p. 6.
- ⁸⁰ Idem.
- ⁸¹ Idem.
- ⁸² Idem.
- ⁸³ Ibid., p. 11.
- ⁸⁴ Ibid., pp. 55-121.
- ⁸⁵ COLAVITTI, A. M. op. cit.
- ⁸⁶ Ibid., p. xx.
- ⁸⁷ Ibid., p. xx-xxi.
- COLAVITTI, A. M. The instrumental Use of the Process of Knowledge. In: COLAVITTI, A. M. op. cit., 2018, pp. 35-54.
- ⁸⁸ COLAVITTI, A. M. op. cit., p. xxi.

COLAVITTI, A. M. The instrumental Use of the Process of Knowledge. In: COLAVITTI, A. M. op. cit., 2018, pp. 35-54.

⁸⁹ COLAVITTI, A. M. op. cit., p. xxi.

⁹⁰ CHOAY, F. op. cit., 2000.

⁹¹ COLAVITTI, A. M. op. cit., p. xx.

⁹² Ibid., p. xxi.

⁹³ RODRIGUES, W. **Cidade em Transição: Nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa**. Lisboa: Celta Editora, 2010.

⁹⁴ COLAVITTI, A. M. op. cit., p. xxi.

COLAVITTI, A. M. Influencing Factors on Cultural Good and Heritage. In: COLAVITTI, A. M. (Org.) **Urban Heritage Management: Planning with History**. Cham: Springer, 2018. pp. 81-120.

⁹⁵ COLAVITTI, A. M. op. cit.

⁹⁶ VELTHUIS, K., SPENNEMANN, D. The Future of Defunct Religious Buildings: Dutch Approaches to Their Adaptive Re-use. **Cultural Trends**, v. 16, n° 1, 2007, pp. 43-66.

⁹⁷ Ibid., pp. 43-66.

⁹⁸ Tais como:

VELTHUIS, K., SPENNEMANN, D. op. cit., pp. 43-66.

VELDPAUS, L., et al. op. cit., pp. 3-18.

⁹⁹ SMITH, L. op. cit.

¹⁰⁰ RUFINONI, M. R. op. cit.

¹⁰¹ NEVADO, A. The Eastern waterfront area of Lisbon: progress, decline and regeneration. **Joelho #06 – Journal of Architecture Culture**, n° 6, 2015, pp. 146-152. Disponível em: https://doi.org/10.14195/1647-8681_6_14

¹⁰² MATOS, J. S. de, PAULO, J. F. **Caminho do Oriente: Guia Histórico I e II**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

FOLGADO, D., CUSTÓDIO, J. **Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

¹⁰³ MATOS, J. S. de, PAULO, J. F. op. cit.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ NEVADO, A. op. cit., pp. 146-152.

¹⁰⁶ RODRIGUES, W. op. cit.

¹⁰⁷ FORTUNA, C. op. cit., pp. 23-40.

Apesar da precariedade denunciada pelo declínio urbano e pela estigmatização da ZROL (sobretudo devido a problemas sociais e à fragmentação do território), o turismo não deixa de acontecer. Aliás, é fomentado pelas questões históricas, afetivas e pela beleza das paisagens urbanas maioritariamente pós-industriais, que revelam o seu processo de evolução urbana.

¹⁰⁸ NORBERG-SCHULZ, C. **Genius loci: paysage, ambiance, architecture**. Trad. Odile Seyler. Bruxelas: Pierre Mardaga Éditeur, 1981. [12ª Ed.].

¹⁰⁹ CARTA, M. **Creative City: Dynamics, Innovations, Actions**. Barcelona: LIST, 2007.

¹¹⁰ CARTA, M. Culture, communication and cooperation: the three Cs for a proactive creative city. **Int. J. Sustainable Development**, Vol. 12, Nrs. 2/3/4, 2009. pp. 124-133.

¹¹¹ Idem.

¹¹² MATOS, J. S. de, PAULO, J. F. op. cit.

¹¹³ COLAVITTI, A. M. op. cit.